

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	8
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	18
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	70
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
Total	696.715
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/07/2015	Dividendo	31/07/2015	Ordinária		0,03298
Reunião do Conselho de Administração	29/09/2015	Dividendo	30/09/2015	Ordinária		0,09826

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.835.496	1.711.402
1.01	Ativo Circulante	146.352	383.514
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	83.390	337.874
1.01.01.01	Caixa e Bancos	83.390	337.874
1.01.03	Contas a Receber	181	0
1.01.03.01	Clientes	181	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	16.487	14.481
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	16.487	14.481
1.01.07	Despesas Antecipadas	91	34
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	46.203	31.125
1.01.08.03	Outros	46.203	31.125
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	4.852	1.752
1.01.08.03.02	Partes relacionadas - clientes	40.717	28.800
1.01.08.03.03	Outros créditos	634	573
1.02	Ativo Não Circulante	1.689.144	1.327.888
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	362.199	97.159
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.254	853
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	360.818	96.252
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	104.802	96.252
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	256.016	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	127	54
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	127	54
1.02.02	Investimentos	1.276.625	1.177.041
1.02.02.01	Participações Societárias	1.276.625	1.177.041
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.276.625	1.177.041
1.02.03	Imobilizado	29.633	31.819
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	29.633	31.819
1.02.04	Intangível	20.687	21.869
1.02.04.01	Intangíveis	20.687	21.869

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.835.496	1.711.402
2.01	Passivo Circulante	74.465	37.759
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.144	17.594
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.144	17.594
2.01.02	Fornecedores	3.427	6.570
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.427	6.570
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.911	1.061
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.911	1.061
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	1.911	1.061
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	47.408	9.892
2.01.04.02	Debêntures	47.408	9.892
2.01.05	Outras Obrigações	732	1.337
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	89	135
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	61	135
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	28	0
2.01.05.02	Outros	643	1.202
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	26
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	617	1.176
2.01.06	Provisões	843	1.305
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	843	1.305
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de renda e Contribuição social	843	1.305
2.02	Passivo Não Circulante	919.836	868.466
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	919.355	867.801
2.02.01.02	Debêntures	919.355	867.801
2.02.02	Outras Obrigações	481	515
2.02.02.02	Outros	481	515
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	481	515
2.02.04	Provisões	0	150
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	150
2.03	Patrimônio Líquido	841.195	805.177
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	4.064	2.995
2.03.02.04	Opções Outorgadas	4.064	2.995
2.03.04	Reservas de Lucros	98.673	105.467
2.03.04.01	Reserva Legal	98.673	98.673
2.03.04.10	Reservas de dividendos	0	6.794
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	41.743	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	52.492	147.403	45.477	132.396
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.180	-80.114	-34.097	-88.269
3.03	Resultado Bruto	26.312	67.289	11.380	44.127
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	103.350	278.367	117.647	316.439
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.523	-24.834	-1.291	-3.874
3.04.02.01	Amortização de ágio de investimentos	-1.291	-3.874	-1.291	-3.874
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.232	-20.960	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-9	13	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-2	-1
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	113.882	303.188	118.940	320.314
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	102.696	272.531	110.004	293.798
3.04.06.02	Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	11.186	30.657	8.936	26.516
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	129.662	345.656	129.027	360.566
3.06	Resultado Financeiro	-15.021	-66.340	-8.823	-44.834
3.06.01	Receitas Financeiras	15.145	40.870	13.447	35.137
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.166	-107.210	-22.270	-79.971
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	114.641	279.316	120.204	315.732
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.565	-441	-4.104	-9.210
3.08.01	Corrente	-842	-842	-2.844	-6.394
3.08.02	Diferido	-4.723	401	-1.260	-2.816
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	109.076	278.875	116.100	306.522
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	109.076	278.875	116.100	306.522
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,15656	0,40027	0,16664	0,43995

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	109.076	278.875	116.100	306.522
4.03	Resultado Abrangente do Período	109.076	278.875	116.100	306.522

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	56.959	64.982
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	72.239	69.971
6.01.01.01	Lucro Líquido	278.875	306.522
6.01.01.02	Depreciação e amortização	8.713	7.315
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	3.874	3.874
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	103.665	76.273
6.01.01.05	Tributos diferidos	-401	2.816
6.01.01.06	Juros sobre contratos de mútuo	-19.904	-7.636
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-303.188	-320.314
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	34	469
6.01.01.09	Plano de opções com base em ações	580	628
6.01.01.10	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	0	18
6.01.01.11	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	0	8
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-9	-2
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.280	-4.989
6.01.02.01	Clientes	-181	0
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.006	4.615
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-57	20
6.01.02.04	Outros créditos	-61	149
6.01.02.05	Fornecedores	-3.143	-1.520
6.01.02.06	Obrigações sociais	2.550	6.042
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	850	364
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-593	-1.535
6.01.02.09	Partes relacionadas	-11.963	-14.075
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social	-462	987
6.01.02.11	Pagamento dos depósitos judiciais	-64	-36
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-150	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-52.922	216.032
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-5.379	-12.595
6.02.03	Aporte de Capital	-40.275	-45.000
6.02.04	Dividendos recebidos	271.394	272.409
6.02.05	Transações com partes relacionadas - Mutuo	-244.662	1.218
6.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Ecopistas	-34.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-258.521	-309.377
6.03.01	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-243.926	-296.782
6.03.02	Juros Pagos	-14.595	-12.595
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-254.484	-28.363
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	337.874	320.520
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	83.390	292.157

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.069	-6.794	-237.132	0	-242.857
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.069	0	0	0	1.069
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.794	-222.789	0	-229.583
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.343	0	-14.343
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	278.875	0	278.875
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	278.875	0	278.875
5.07	Saldos Finais	696.715	4.064	98.673	41.743	0	841.195

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.178	-26.609	-270.173	0	-295.604
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.178	0	0	0	1.178
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.609	-270.173	0	-296.782
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	306.522	0	306.522
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	306.522	0	306.522
5.07	Saldos Finais	696.715	2.491	78.843	36.349	0	814.398

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	166.054	148.877
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	166.054	148.877
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.742	-19.663
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-15.742	-19.663
7.03	Valor Adicionado Bruto	150.312	129.214
7.04	Retenções	-12.587	-11.189
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.713	-7.315
7.04.02	Outras	-3.874	-3.874
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	137.725	118.025
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	344.058	355.451
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	303.188	320.314
7.06.02	Receitas Financeiras	40.870	35.137
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	481.783	473.476
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	481.783	473.476
7.08.01	Pessoal	74.420	59.312
7.08.01.01	Remuneração Direta	63.618	51.232
7.08.01.02	Benefícios	7.716	5.830
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.086	2.250
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.092	25.691
7.08.02.01	Federais	15.753	22.981
7.08.02.03	Municipais	3.339	2.710
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	109.396	81.951
7.08.03.01	Juros	51.659	45.178
7.08.03.02	Aluguéis	2.186	1.980
7.08.03.03	Outras	55.551	34.793
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	278.875	306.522
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	14.343	0
7.08.04.02	Dividendos	222.789	270.173
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	41.743	36.349

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	4.430.870	4.227.674
1.01	Ativo Circulante	589.542	725.124
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	364.558	505.233
1.01.01.01	Caixa e Bancos	364.558	505.233
1.01.03	Contas a Receber	108.116	111.170
1.01.03.01	Clientes	108.116	111.170
1.01.06	Tributos a Recuperar	24.679	23.218
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	24.679	23.218
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.294	4.467
1.01.07.01	Prêmios e Seguros a Apropriar	6.294	4.467
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	85.895	81.036
1.01.08.03	Outros	85.895	81.036
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	53.710	54.959
1.01.08.03.03	Outros créditos	13.310	13.314
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	18.875	12.763
1.02	Ativo Não Circulante	3.841.328	3.502.550
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	462.892	183.871
1.02.01.03	Contas a Receber	1.842	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.842	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	122.512	125.626
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	122.512	125.626
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	202	240
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	256.016	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	82.320	58.005
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	82.320	58.005
1.02.03	Imobilizado	129.133	146.579
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	129.133	146.579
1.02.04	Intangível	3.249.303	3.172.100
1.02.04.01	Intangíveis	3.249.303	3.172.100

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	4.430.870	4.227.674
2.01	Passivo Circulante	687.400	374.396
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.288	34.009
2.01.01.01	Obrigações Sociais	37.288	34.009
2.01.02	Fornecedores	43.748	59.682
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	43.748	59.682
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.668	20.159
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.668	20.159
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	19.668	20.159
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	479.434	114.083
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	43.542	34.034
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	43.542	34.034
2.01.04.02	Debêntures	435.892	80.049
2.01.05	Outras Obrigações	34.812	35.170
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.649	2.830
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	45	42
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.604	2.788
2.01.05.02	Outros	30.163	32.340
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	26
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	19.905	18.993
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	10.232	13.321
2.01.06	Provisões	72.450	111.293
2.01.06.02	Outras Provisões	72.450	111.293
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	39.043	66.827
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	6.751	7.832
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	26.656	36.634
2.02	Passivo Não Circulante	2.899.263	3.045.407
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.559.941	2.736.388
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	195.441	222.970
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	195.441	222.970
2.02.01.02	Debêntures	2.364.500	2.513.418
2.02.02	Outras Obrigações	41.689	50.476
2.02.02.02	Outros	41.689	50.476
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	15.918	18.228
2.02.02.02.05	Obrigações com o poder concedente	25.771	32.248
2.02.03	Tributos Diferidos	21.937	26.348
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.937	26.348
2.02.04	Provisões	275.696	232.195
2.02.04.02	Outras Provisões	275.696	232.195
2.02.04.02.05	Provisões para perda tributárias, trabalhistas e cíveis	85.383	78.319
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	187.749	151.439
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	2.564	2.437
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	844.207	807.871
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	4.064	2.995
2.03.02.04	Opções Outorgadas	4.064	2.995

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.04	Reservas de Lucros	98.673	105.467
2.03.04.01	Reserva Legal	98.673	98.673
2.03.04.10	Reserva de dividendos	0	6.794
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	41.743	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.012	2.694

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	525.981	1.574.123	541.865	1.637.700
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-252.499	-783.908	-298.635	-894.863
3.03	Resultado Bruto	273.482	790.215	243.230	742.837
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.690	-68.053	-16.674	-56.611
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.072	-68.453	-16.714	-56.611
3.04.02.01	Despesas Geirais e Administrativas	-25.072	-68.453	-16.714	-56.611
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	382	400	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	40	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	248.792	722.162	226.556	686.226
3.06	Resultado Financeiro	-77.560	-294.146	-45.507	-205.938
3.06.01	Receitas Financeiras	24.205	68.239	26.209	66.875
3.06.02	Despesas Financeiras	-101.765	-362.385	-71.716	-272.813
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	171.232	428.016	181.049	480.288
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-60.866	-144.730	-63.505	-169.035
3.08.01	Corrente	-54.343	-146.027	-57.673	-161.503
3.08.02	Diferido	-6.523	1.297	-5.832	-7.532
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	110.366	283.286	117.544	311.253
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	110.366	283.286	117.544	311.253
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	109.076	278.875	116.100	306.522
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.290	4.411	1.444	4.731
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,15656	0,40027	0,16664	0,43995

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	110.366	283.286	117.544	311.253
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	110.366	283.286	117.544	311.253
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	109.076	278.875	116.100	306.522
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.290	4.411	1.444	4.731

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	756.659	705.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	892.917	835.916
6.01.01.01	Lucro Líquido	283.286	311.253
6.01.01.02	Depreciação e amortização	199.801	173.039
6.01.01.03	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	325.678	240.669
6.01.01.04	Variação monetária com o Poder concedente	6.705	4.495
6.01.01.05	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-4.782	-7.990
6.01.01.06	Baixa do ativo imobilizado e intangível	588	839
6.01.01.07	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	69.714	76.288
6.01.01.08	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	16.283	13.175
6.01.01.09	Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	-1.092	-150
6.01.01.10	Plano de opções com base em ações	1.069	1.178
6.01.01.11	Tributos diferidos	-1.297	7.532
6.01.01.12	Capitalização de juros	-15	-250
6.01.01.13	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	7.403	15.234
6.01.01.14	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	6.553	2.515
6.01.01.15	Levantamento dos depósitos judiciais	235	293
6.01.01.16	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-7.367	-2.204
6.01.01.17	Juros sobre contrato de mútuo	-9.845	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-136.258	-130.916
6.01.02.01	Clientes	4.146	-5.292
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.461	-1.167
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.789	-2.091
6.01.02.04	Outros créditos	-1.838	157
6.01.02.05	Fornecedores	-15.934	-16.035
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	3.279	8.169
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-491	-2.388
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-5.399	-14.529
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social	-9.978	11.506
6.01.02.10	Partes relacionadas	-4.293	-9.882
6.01.02.11	Pagamento dos depósitos judiciais	-17.183	-40.293
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-6.892	-4.372
6.01.02.13	Pagamento de manutenção e construção de obras	-78.425	-54.699
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-510.395	-428.162
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-260.131	-426.907
6.02.02	Acionistas não controladores	-4.103	-1.266
6.02.03	Reserva de Capital - Stock Option - acionistas não controladores	10	11
6.02.04	Passivos com partes relacionadas	-246.171	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-386.939	-453.010
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	6.031	-10.110
6.03.02	Credor pela concessão	-12.270	-12.728

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	54.930
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-35.369	-69.110
6.03.05	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	-751
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-243.926	-296.782
6.03.07	Juros pagos	-101.405	-118.459
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-140.675	-176.172
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	505.233	708.896
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	364.558	532.724

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177	2.694	807.871
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177	2.694	807.871
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.069	-6.794	-237.132	0	-242.857	-4.093	-246.950
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.069	0	0	0	1.069	10	1.079
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.794	-222.789	0	-229.583	-4.103	-233.686
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.343	0	-14.343	0	-14.343
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	278.875	0	278.875	4.411	283.286
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	278.875	0	278.875	4.411	283.286
5.07	Saldos Finais	696.715	4.064	98.673	41.743	0	841.195	3.012	844.207

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480	3.311	806.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480	3.311	806.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.178	-26.609	-270.173	0	-295.604	-1.255	-296.859
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.178	0	0	0	1.178	11	1.189
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.609	-270.173	0	-296.782	-1.266	-298.048
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	306.522	0	306.522	4.731	311.253
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	306.522	0	306.522	4.731	311.253
5.07	Saldos Finais	696.715	2.491	78.843	36.349	0	814.398	6.787	821.185

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	1.715.918	1.771.593
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.378.165	1.313.926
7.01.02	Outras Receitas	76.257	67.531
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	261.496	390.136
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-490.370	-634.767
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-462.901	-608.626
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.469	-26.141
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.225.548	1.136.826
7.04	Retenções	-199.801	-173.039
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-199.801	-173.039
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.025.747	963.787
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	68.239	66.875
7.06.02	Receitas Financeiras	68.239	66.875
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.093.986	1.030.662
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.093.986	1.030.662
7.08.01	Pessoal	153.255	134.603
7.08.01.01	Remuneração Direta	131.357	109.607
7.08.01.02	Benefícios	16.414	20.237
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.484	4.759
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	286.525	302.719
7.08.02.01	Federais	212.100	232.420
7.08.02.03	Municipais	74.425	70.299
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	370.920	282.087
7.08.03.01	Juros	161.835	139.527
7.08.03.02	Aluguéis	8.535	9.274
7.08.03.03	Outras	200.550	133.286
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	283.286	311.253
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	14.343	0
7.08.04.02	Dividendos	222.789	270.173
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	41.743	36.349
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	4.411	4.731

EcoRodovias Concessões anuncia resultados do 3T15 e 9M15: EBITDA cresce 10,2% no 3T15

São Bernardo do Campo, 10 de novembro de 2015 – EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2015 (3T15) e primeiros nove meses de 2015 (9M15). As informações financeiras e operacionais são apresentadas de acordo com – as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao terceiro trimestre de 2014 (3T14) e primeiros nove meses de 2014 (9M14).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego consolidado no 3T15 foi de 55.104 mil veículos equivalentes pagantes queda de 2,6%.
- O EBITDA, no 3T15, foi de R\$ 315,7 milhões (margem EBITDA de 60,0%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 341,7 milhões com margem EBITDA de 76,0%.
- O lucro líquido foi de R\$ 109,1 milhões no 3T15.

Destques (em milhões de R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Volume de tráfego ¹	55.104	56.590	-2,6%	166.906	170.532	-2,1%
Tarifa média (R\$)	8,55	7,79	9,8%	8,26	7,70	7,3%
Receita líquida	526,0	541,9	-2,9%	1.574,1	1.637,7	-3,9%
Lucro líquido	109,1	116,1	-6,0%	278,9	306,5	-9,0%
EBITDA ²	315,7	286,5	10,2%	922,0	859,3	7,3%
Margem EBITDA ²	60,0%	52,9%	7,1 p.p.	58,6%	52,5%	6,1 p.p.
Capex	113,9	175,9	-35,2%	337,3	480,2	-29,8%

¹ (em milhares de veículos equivalentes pagantes)

² Inclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção

COMPANHIA

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões” ou “Companhia”) é a empresa do Grupo EcoRodovias que, além de prestar serviços administrativos, financeiros, recursos humanos, tecnologia da informação e engenharia às empresas do Grupo, é a acionista direta das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul. Em 2014, registramos a passagem de mais de 200 milhões de veículos equivalentes pagantes nas 5 concessionárias. Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do país.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego, em veículos equivalentes pagantes, totalizou 55.104 mil no 3T15 e 166.906 mil no 9M15, redução de 2,6 % e 2,1% respectivamente. Os principais motivos para essa variação foram:

Comerciais: redução de 5,9% no 3T15, impactados pela não cobrança do eixo suspenso e arrefecimento da economia. As concessionárias do Paraná foram impactadas pela isenção da cobrança do eixo-suspenso até o dia 08/09/2015, a Ecopistas foi influenciada pela queda na produção industrial e pelo início da isenção do eixo suspenso no corredor da Dutra, a Ecovias dos Imigrantes teve impacto de protestos em julho/15, a Ecosul foi impactada negativamente pela isenção do eixo suspenso e positivamente pelo aumento das exportações no porto de Rio Grande.

Passeio: crescimento de 0,7% no 3T15. A Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas apresentaram crescimento devido às condições climáticas favoráveis. A redução na Ecocataratas foi devido à alta cotação do dólar que impactou o comércio da região da tríplice fronteira e a Ecosul está relacionada a elevação do dólar que ocasionou uma queda no comércio nos free-shops da fronteira Brasil/Uruguai e aumento das chuvas nos finais de semana.

A partir de 08/09/15 entrou em vigor a medida da Agência Reguladora do Paraná que revogou a resolução que isentava o pagamento dos eixos suspensos nas concessionárias Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas.

Comentário do Desempenho

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Comercial						
Ecovias dos Imigrantes	7.588	7.730	-1,8%	21.848	22.225	-1,7%
Ecopistas	6.644	8.039	-17,4%	21.851	23.744	-8,0%
Ecovia Caminho do Mar	2.876	2.842	1,2%	8.358	8.770	-4,7%
Ecocataratas	4.114	4.537	-9,3%	12.299	13.687	-10,1%
Ecosul Rodovias do Sul	5.644	5.395	4,6%	16.047	16.559	-3,1%
Total	26.866	28.543	-5,9%	80.403	84.985	-5,4%
Passeio						
Ecovias dos Imigrantes	8.565	8.136	5,3%	25.914	24.919	4,0%
Ecopistas	14.774	14.609	1,1%	44.626	43.797	1,9%
Ecovia Caminho do Mar	1.029	1.029	0,0%	3.451	3.547	-2,7%
Ecocataratas	2.294	2.580	-11,1%	7.279	7.918	-8,1%
Ecosul Rodovias do Sul	1.576	1.693	-6,9%	5.233	5.366	-2,5%
Total	28.238	28.047	0,7%	86.503	85.547	1,1%
Comercial + Passeio						
Ecovias dos Imigrantes	16.153	15.866	1,8%	47.762	47.144	1,3%
Ecopistas	21.418	22.648	-5,4%	66.477	67.541	-1,6%
Ecovia Caminho do Mar	3.905	3.871	0,9%	11.809	12.317	-4,1%
Ecocataratas	6.408	7.117	-10,0%	19.578	21.605	-9,4%
Ecosul Rodovias do Sul	7.220	7.088	1,9%	21.280	21.925	-2,9%
CONSOLIDADO	55.104	56.590	-2,6%	166.906	170.532	-2,1%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$ / veículos equivalentes pagantes)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Ecovias dos Imigrantes	14,33	13,55	5,8%	13,85	13,31	4,1%
Ecopistas	3,03	2,74	10,6%	2,83	2,63	7,6%
Ecovia Caminho do Mar	14,83	13,66	8,6%	14,91	13,71	8,8%
Ecocataratas	10,04	9,20	9,1%	10,05	9,18	9,5%
Ecosul	7,30	6,44	13,4%	7,32	6,46	13,3%
Consolidado	8,55	7,79	9,8%	8,26	7,70	7,3%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante apresentou aumento de 9,8% no 3T15, devido, principalmente, a aplicação dos reajustes tarifários nas concessões rodoviárias. Vale destacar que as concessionárias Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas tiveram crescimento na tarifa média acima dos seus reajustes contratuais.

Comentário do Desempenho

Os reajustes contratuais das tarifas básicas foram de 9,0% na Ecovia Caminho do Mar e 9,2% na Ecocataratas, em dezembro/2014, acima da inflação registrada no período, devido à assinatura de aditivos contratuais. Em 01 de janeiro de 2015 foi aprovado reajuste das tarifas de pedágio da Ecosul totalizando um reajuste de 4,6% para os veículos de passeio e reajuste de 16,9% para veículos comerciais. Em 01 de julho de 2015, a Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas tiveram os reajustes contratuais de 4,11% pelo IGP-M, e 8,47% pelo IPCA, respectivamente. No caso do reajuste contratual da Ecovias dos Imigrantes, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão.

Em 27 de fevereiro de 2015, a Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) aprovou a incorporação ao contrato de concessão da Ecosul de investimentos no valor de R\$ 187 milhões a serem realizados entre 2015 e 2026, com reequilíbrio econômico-financeiro através de Fluxo de Caixa Marginal, referentes à recuperação e manutenção do pavimento do Polo Rodoviário de Pelotas, sendo cerca de R\$ 17 milhões no ano de 2015. Os degraus na tarifa básica de pedágio terão efeito a partir de 1º de janeiro de cada ano, sendo: +1,07% em 2015, já aplicado, +2,47% em 2016, +1,92% em 2017, +2,01% em 2018, +2,03% em 2019, +2,08% em 2020 e +1,89% em 2021.

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada totalizou R\$ 574,7 milhões no 3T15, queda de 2,1%, resultante da redução da receita com construção.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Receitas de Pedágio:	471,3	441,0	6,8%	1.378,2	1.313,9	4,9%
Ecovias dos Imigrantes	231,5	215,1	7,6%	661,5	627,4	5,4%
Ecopistas	64,8	62,0	4,5%	188,0	177,8	5,7%
Ecovia Caminho do Mar	57,9	52,9	9,5%	176,0	168,9	4,2%
Ecocataratas	64,3	65,5	-1,8%	196,8	198,3	-0,8%
Ecosul	52,8	45,6	15,8%	155,9	141,5	10,2%
Receitas Acessórias das Concessionárias	16,4	16,2	1,2%	48,3	45,0	7,3%
Receita de Construção ICPC-01	76,5	120,9	-36,7%	261,5	390,1	-33,0%
Receita de Serviços	10,5	8,7	20,7%	27,9	22,6	23,5%
Total	574,7	586,9	-2,1%	1.715,9	1.771,6	-3,1%

Receita de Pedágio - crescimento de 6,8% no 3T15, resultante do volume de tráfego pedagiado e reajustes contratuais nas tarifas de pedágio das concessões rodoviárias.

Receita Acessória – incremento de 1,2% no 3T15, proveniente do monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – redução de 36,8% devido à conclusão das obras referente ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes em outubro de 2014.

Comentário do Desempenho

Receita de serviços – aumento de 19,3% devido ao aumento no escopo de serviços prestados pela EcoRodovias Concessões.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS e ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 277,6 milhões, com redução de 12,0%. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 108,0 milhões, redução de 1,1% no 3T15. Os custos de pessoal tiveram aumento de 11,5% devido as rescisões trabalhistas, ao reajuste salarial decorrente de acordo coletivo de 7% em março de 2015, à transferência de colaboradores da EcoRodovias Infraestrutura controladora da Companhia e o aumento em outros devido, principalmente, aos reajustes nas contas de água e energia elétrica ao longo de 2015.

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhões de R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Pessoal	51,5	46,2	11,5%	153,3	134,6	13,9%
Conservação e manutenção	13,9	16,3	-14,7%	45,4	49,0	-7,3%
Serviços de terceiros	18,0	24,1	-25,3%	52,1	61,1	-14,7%
Poder Concedente, Seguros e Locações	12,7	13,6	-6,6%	37,7	37,0	1,9%
Outros	12,0	9,0	33,3%	32,9	30,4	8,2%
Custos Caixa	108,0	109,2	-1,1%	321,4	312,1	3,0%
Depreciação/Amortização	67,0	59,8	12,0%	199,8	173,0	15,5%
Provisão Manutenção ICPC 01	26,0	25,5	2,0%	69,7	76,3	-8,7%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	76,5	120,9	-36,7%	261,5	390,1	-33,0%
TOTAL	277,6	315,4	-12,0%	852,4	951,5	-10,4%

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria, serviços de limpeza, gerenciamento de riscos e vigilância.

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 315,7 milhões no 3T15 e R\$ 921,9 milhões no 9M15, crescimento de 10,2% e 7,3%, respectivamente.

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$341,7 milhões com margem EBITDA de 76,0%.

EBITDA (em milhões de R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Lucro líquido	109,1	116,1	-6,0%	278,9	306,5	-9,0%
Imposto de renda e contribuição social	60,8	63,6	-4,4%	144,7	169,1	-14,4%
Resultado financeiro	77,5	45,6	70,0%	294,1	206,0	42,8%
Depreciação e amortização	67,0	59,8	12,0%	199,8	173,0	15,5%
Participação de minoritários	1,3	1,4	-7,1%	4,4	4,7	-6,4%
EBITDA	315,7	286,5	10,2%	921,9	859,3	7,3%
Margem EBITDA	60,0%	52,9%	7,1 p.p.	58,6%	52,5%	6,1 p.p.

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro do 3T15 apresentou redução de 18,7% em comparação do 2T15. Quando comparado ao 3T14 houve aumento de 70,3%, sendo as variações mais representativas destacadas abaixo:

(i)Juros sobre debêntures: aumento de R\$ 14,3 milhões, devido às captações na Ecovia Caminho do Mar no valor R\$ 143 milhões e na Ecosul no valor de R\$ 148 milhões e ao incremento da SELIC de 11,00% em setembro/14 para 14,25% em setembro/15; e

(ii)Variação monetária de debêntures: incremento de R\$ 18,5 milhões devido ao aumento do IPCA registrado no período, cujo efeito econômico foi calculado sobre o montante global das debêntures indexadas a esse índice. Importante destacar que as variações mencionadas acima terão efeito caixa somente nos vencimentos ou amortizações das dívidas.

Resultado financeiro (em milhões de R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Juros sobre debêntures	(51,4)	(37,1)	38,5%	(143,4)	(107,9)	32,9%
Juros sobre Financiamentos	(5,8)	(10,6)	-45,3%	(18,5)	(31,6)	-41,5%
Variação monetária debêntures e fin.	(29,8)	(11,3)	n.m.	(157,6)	(95,5)	65,0%
Var. monetária sobre direito de outorga	(3,1)	(0,6)	n.m.	(6,7)	(4,5)	48,9%
Receita sobre aplicação financeira	13,1	18,9	-30,7%	45,3	57,7	-21,5%
Ajuste a valor presente ICPC-01	(5,5)	(4,5)	22,2%	(16,3)	(13,2)	23,5%
Outros efeitos financeiros	5,0	(0,3)	n.m.	3,1	(10,9)	n.m.
TOTAL	(77,5)	(45,5)	70,3%	(294,1)	(205,9)	42,8%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido apresentado totalizou R\$ 109,1 milhões no 3T15 e R\$ 278,9 milhões no 9M15.

ENDIVIDAMENTO

A EcoRodovias Concessões encerrou setembro de 2015 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 418,3 milhões. O endividamento bruto da EcoRodovias Concessões (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e credor pela concessão) atingiu R\$ 3.085,0 milhões. O endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), foi de R\$ 2.621,0 aumento de 14,4% quando comparado com 31 de dezembro de 2014.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	30/09/2015	31/12/2014	Var.
Concessões Rodoviárias			
Curto Prazo	479,4	114,0	320,5%
Empréstimos e financiamentos	43,5	34,0	27,9%
Debêntures	435,9	80,0	444,9%
Longo Prazo	2.559,9	2.736,4	-6,5%
Empréstimos e financiamentos	195,4	223,0	-12,4%
Debêntures	2.364,5	2.513,4	-5,9%
Endividamento Financeiro Bruto¹	3.039,3	2.850,4	6,6%
Credor pela Concessão	45,7	51,2	-10,7%
Endividamento Bruto	3.085,0	2.901,6	6,3%
Caixa e equivalentes de caixa ²	418,3	560,1	-25,3%
Dívida Líquida	2.666,7	2.341,5	13,9%
Endividamento Financeiro Líquido¹	2.621,0	2.290,3	14,4%

¹ Exclui a dívida com o credor pela concessão

² Inclui as aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures, registradas na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

CAPEX

O Capex realizado pela EcoRodovias Concessões totalizou R\$ 113,9 milhões no 3T15. Os principais investimentos realizados foram investimentos iniciais em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhões de R\$)	3T15			9M15		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Concessões Rodoviárias						
Ecovias dos Imigrantes	20,9	13,9	34,8	38,1	33,6	71,7
Ecopistas	26,2	1,2	27,4	120,3	5,4	125,7
Ecovia Caminho do Mar	14,6	2,5	17,1	48,9	7,3	56,2
Ecocataratas	13,9	8,9	22,8	22,6	28,5	51,1
Ecosul - Rodovias do Sul	9,8	-	9,8	24,7	2,5	27,2
EcoRodovias Conc. e Serviços	2,0	-	2,0	5,4	-	5,4
CONSOLIDADO	87,4	26,5	113,9	260,0	77,3	337,3

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2015: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 49,6 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões” ou “Companhia”) tem por objetivo participar em outras Companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 10.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2015 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 09 de novembro de 2015.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nºs 2, 3 e 4 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas no dia 18 de março de 2015 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

Notas Explicativas

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.h às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.h às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, não há impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	68	60	19.481	22.414
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	42.811	337.131	303.400	472.439
Aplicações compromissadas (b)	40.305	0	40.305	0
Aplicações Automáticas - Compromissadas (c)	205	683	1.371	10.380
	83.390	337.874	364.558	505.233

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de setembro de 2015, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 34,5% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,7% em Operações Compromissadas e 4,8% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 101,1% (100,9% em 31 de dezembro de 2014) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados as aplicações financeiras compromissadas são remuneradas a taxa de 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata por estarem vinculadas a operações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização dos recursos em prazo menores de 30 dias. Em 30 de setembro de 2015, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$40.305.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco S.A., na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata por estarem vinculadas a operações compromissadas não geram custos de IOF.

As operações compromissadas e fundos de investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 99,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

5. Títulos e valores mobiliários - vinculados - consolidado

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	30/09/2015	31/12/2014
Fundo de investimento (a)	51.867	53.165
Poupança (b)	1.843	1.794
	53.710	54.959
Circulante	53.710	54.959

- (a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa de 98,9% (99,1% em 31 de dezembro de 2014) do CDI e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de

Notas Explicativas

parte do pagamento de juros e principal BNDES e de debêntures da controlada Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A - Ecopistas

- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA); os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo de valor correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

6. Clientes - consolidado

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pedágio eletrônico	97.175	101.422
Cupons de pedágio	6.390	6.306
Locações/arrendamento de área	1.684	1.425
Cargas especiais	-	320
Arrendamento fibra óptica/faixa de domínio	1.681	1.673
Painéis publicitários	3	44
Outras contas a receber	1.387	1.276
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	(204)	(1.296)
	<u>108.116</u>	<u>111.170</u>

- (a) A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, estabelece que a constituição do PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A vencer	102.431	111.099
Vencidos:		
Até 30 dias	1.202	38
De 31 a 60 dias	3.728	28
De 61 a 90 dias	755	5
Acima de 90 dias	-	-
Acima de 120 dias	204	1.296
	<u>108.320</u>	<u>112.466</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Saldo inicial	1.296	1.431
Constituição de PCLD no exercício	66	524
Valores recuperados no exercício	(1.158)	(674)
	<u>204</u>	<u>1.281</u>

7. Tributos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14.830	13.266	19.357	19.127
Lei Rouanet nº 8.313/91	-	-	2.467	-
ISS a recuperar	-	-	1.057	1.082
Outros	1.657	1.215	1.798	3.009
	<u>16.487</u>	<u>14.481</u>	<u>24.679</u>	<u>23.218</u>

Notas Explicativas

8. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber - controladora

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possui saldo a receber de R\$4.852 (R\$1.752 em 31 de dezembro de 2014) referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio.

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - dividendos e juros sobre o capital próprio	1.649	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - juros sobre o capital próprio	85	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas - dividendos e juros sobre capital próprio	1.366	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas - dividendos e juros sobre o capital próprio	1.752	1.752
	4.852	1.752

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a receber no período findo em 30 de setembro de 2015 está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Propostos</u>	<u>Recebidos</u>	<u>30/09/2015</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	-	165.067	(163.418)	1.649
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	-	29.854	(29.769)	85
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	-	42.647	(41.281)	1.366
Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	-	36.926	(36.926)	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	1.752	-	-	1.752
	1.752	274.494	(271.394)	4.852

9. Depósitos judiciais - consolidado

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios. A movimentação dos depósitos judiciais no período corrente e anterior está demonstrado no quadro a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Saldos iniciais	54	14	58.005	15.075
Adições	64	36	17.183	40.293
Baixas	-	-	(235)	(293)
Atualização monetária	9	2	7.367	2.204
Saldos finais	127	52	82.320	57.279

Notas Explicativas

10. Investimentos - controladora

	Valores das investidas 30/09/2015		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	30/09/2014
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	386.542	171.831	100%	100%	386.542	379.696	171.831	192.184
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	50.943	51.121	100%	100%	50.943	29.567	51.121	52.054
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	446.852	(3.742)	100%	100%	446.852	376.229	(3.742)	164
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	307.194	44.282	100%	100%	307.194	305.448	44.282	33.335
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	30.124	44.107	90%	90%	27.112	24.245	39.696	42.577
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	-	-	-	-	57.982	61.856	-	-
					1.276.625	1.177.041	303.188	320.314

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2014 está apresentada a seguir:

	31/12/2013	Dividendos e JSCP propostos	Aporte de capital	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/09/2014
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	401.994	(179.540)	-	-	148	192.184	414.786
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	32.196	(35.659)	-	-	109	52.054	48.700
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	289.495	-	45.000	-	72	164	334.731
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	29.795	(11.390)	-	-	102	42.577	61.084
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	341.320	(40.263)	-	-	119	33.335	334.511
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	67.022	-	-	(3.874)	-	-	63.148
	1.161.822	(266.852)	45.000	(3.874)	550	320.314	1.256.960

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2015 está apresentada a seguir:

	31/12/2014	Dividendos e JSCP propostos	Aporte de capital	AFAC	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/09/2015
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	379.696	(165.067)	-	-	-	82	171.831	386.542
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	29.567	(29.854)	-	-	-	109	51.121	50.943
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	376.229	-	40.275	34.000	-	90	(3.742)	446.852
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	24.245	(36.926)	-	-	-	97	39.696	27.112
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	305.448	(42.647)	-	-	-	111	44.282	307.194
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	61.856	-	-	-	(3.874)	-	-	57.982
	1.177.041	(274.494)	40.275	34.000	(3.874)	489	303.188	1.276.625

Notas Explicativas

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 30 de setembro de 2015:

	Ativo		Passivo			Demonstração do resultado			Atribuível a:		
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro/prejuízo operacional	Lucro/prejuízo líquido do exercício	Companhia	Acionistas não controladores
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	238.377	1.451.935	96.479	1.207.291	386.542	678.779	397.351	249.969	171.831	171.831	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	133.840	1.181.779	119.514	749.253	446.852	305.450	90.427	7.237	(3.742)	(3.742)	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	17.521	225.901	178.676	13.802	50.943	210.717	118.106	76.695	51.121	51.121	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	50.732	410.554	54.425	99.667	307.194	206.234	135.265	65.689	44.282	44.282	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	29.605	205.459	190.724	14.216	30.124	163.415	81.409	66.771	44.107	39.696	4.411

Notas Explicativas

11. Imobilizado

a) Controladora

	Taxas médias de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/09/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 30/09/2014	Saldos em 30/09/2014	31/12/2013	31/12/2013
Hardware e equipamentos de pedágio	19,2	11.724	2.879	(4)	-	14.599	(4.124)	(1.897)	(6.021)	8.578	7.600	
Máquinas e equipamentos	12,0	916	57	-	-	973	(282)	(85)	(367)	606	634	
Móveis e utensílios	10,3	867	159	-	-	1.026	(438)	(73)	(511)	515	429	
Terrenos	-	2.074	-	-	-	2.074	-	-	-	2.074	2.074	
Edificações	4,0	8.459	-	-	-	8.459	(838)	(257)	(1.095)	7.364	7.621	
Veículos	19,4	103	-	-	-	103	(5)	(15)	(20)	83	98	
Instalações	10,1	1.658	137	-	-	1.795	(277)	(131)	(408)	1.387	1.381	
Outros	6,1	5.911	3.282	(388)	-	8.805	(165)	(331)	(496)	8.309	5.746	
		31.712	6.514	(392)	-	37.834	(6.129)	(2.789)	(8.918)	28.916	25.583	

	Taxas médias de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/09/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Saldos em 30/09/2015	Saldos em 30/09/2015	31/12/2014	31/12/2014
Hardwares	17,9	15.042	99	-	641	15.782	(6.718)	(2.112)	(8.830)	6.952	8.324	
Máquinas e equipamentos	11,8	1.003	23	-	-	1.026	(397)	(90)	(487)	539	606	
Móveis e utensílios	10,1	1.028	29	-	-	1.057	(537)	(79)	(616)	441	491	
Terrenos	-	2.074	-	-	-	2.074	-	-	-	2.074	2.074	
Edificações	4,0	8.459	-	-	-	8.459	(1.181)	(257)	(1.438)	7.021	7.278	
Veículos	17,7	103	50	-	-	153	(26)	(17)	(43)	110	77	
Instalações	9,0	1.923	397	-	5.009	7.329	(464)	(484)	(948)	6.381	1.459	
Outros	7,0	12.118	1.237	(338)	(6.294)	7.061	(608)	(338)	(946)	6.115	11.510	
		41.750	1.835	-	(644)	42.941	(9.931)	(3.377)	(13.308)	29.633	31.819	

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2013			Custo			Saldos em 30/09/2014			Depreciação			Residual		
		Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.
Hardware e equipamentos de pedágio	10,7	183.748	13.457	-	197.113	(128.697)	-	61	(15.386)	-	(144.022)	53.091	55.051			
Máquinas e equipamentos	9,2	24.070	3.138	(4)	27.204	(14.371)	-	1	(1.773)	-	(16.143)	11.061	9.699			
Móveis e utensílios	8,2	11.256	1.286	(96)	12.446	(5.560)	-	77	(731)	-	(6.214)	6.232	5.696			
Terrenos	-	5.433	-	-	5.433	-	-	-	-	-	-	5.433	5.433			
Edificações	4,7	33.518	-	-	33.518	(15.981)	-	-	(1.186)	-	(17.167)	16.351	17.537			
Veículos	17,2	10.388	2.322	(78)	12.632	(5.953)	-	55	(1.487)	-	(7.385)	5.247	4.435			
Instalações	10,3	16.254	2.660	(39)	18.875	(2.804)	-	29	(1.361)	-	(4.136)	14.739	13.450			
Outros	8,3	31.682	4.688	(430)	24.604	(5.912)	(11.336)	14	(1.390)	1.512	(5.776)	18.828	25.770			
		316.349	27.551	(739)	331.825	(179.278)	(23.314)	237	(23.314)	1.512	(200.843)	130.962	137.071			

	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2014			Custo			Saldos em 30/09/2015			Depreciação			Residual		
		Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.
Hardwares	9,4	202.640	4.838	(78)	207.404	(148.794)	-	8	(14.444)	-	(163.230)	44.174	53.846			
Máquinas e equipamentos	8,6	28.553	546	(86)	29.033	(16.767)	20	1	(1.864)	(1)	(18.631)	10.402	11.786			
Móveis e utensílios	8,3	13.105	176	(18)	13.263	(6.526)	-	12	(819)	(4)	(7.337)	5.926	6.579			
Terrenos	-	5.433	-	-	5.433	-	-	-	-	-	-	5.433	5.433			
Edificações	4,3	33.518	400	-	33.921	(17.561)	3	-	(1.097)	(109)	(18.767)	15.154	15.957			
Veículos	14,8	14.888	873	(396)	15.642	(7.903)	277	385	(1.690)	(5)	(9.213)	6.429	6.985			
Instalações	9,8	24.103	3.273	(10)	32.338	(4.692)	4.972	-	(2.269)	1	(6.960)	25.378	19.411			
Outros	6,9	32.553	1.131	(209)	23.113	(5.971)	(10.362)	-	(1.164)	259	(6.876)	16.237	26.582			
		354.793	11.237	(797)	360.147	(208.214)	(5.086)	406	(23.347)	141	(231.014)	129.133	146.579			

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 15). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 16) não existem garantias dessa natureza.

No período findo em 30 de setembro de 2015 foram capitalizados encargos financeiros no montante de R\$15 (R\$250 em 30 de setembro de 2014). A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Notas Explicativas

12. Intangível

a) Controladora

Taxas médias de amortização - %	Saldo em 31/12/2013			Saldo em 30/09/2014			Saldo em 31/12/2013			Saldo em 30/09/2014			Saldo em 31/12/2013			Saldo em 30/09/2014		
	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.
-	1.157	-	-	1.157	-	-	1.157	-	-	1.157	-	-	1.157	-	-	1.157	-	-
14,0	40.180	6.081	-	46.184	(77)	-	(24.604)	(4.526)	-	(29.130)	(4.526)	-	(29.130)	(4.526)	-	(29.130)	(4.526)	-
-	41.337	6.081	-	47.341	(77)	-	(24.604)	(4.526)	-	(28.130)	(4.526)	-	(28.130)	(4.526)	-	(28.130)	(4.526)	-

Intangível em andamento
Softwares de terceiros

Taxas médias de amortização - %	Saldo em 31/12/2014			Saldo em 30/09/2015			Saldo em 31/12/2014			Saldo em 30/09/2015			Saldo em 31/12/2014			Saldo em 30/09/2015		
	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.
-	1.157	-	-	1.157	-	-	1.157	-	-	1.157	-	-	1.157	-	-	1.157	-	-
13,2	51.420	3.544	(34)	55.574	(34)	644	(30.708)	(5.336)	-	(36.044)	(5.336)	-	(36.044)	(5.336)	-	(36.044)	(5.336)	-
-	52.577	3.544	(34)	56.731	(34)	644	(30.708)	(5.336)	-	(36.044)	(5.336)	-	(36.044)	(5.336)	-	(36.044)	(5.336)	-

Intangível em andamento
Softwares de terceiros

b) Consolidado

Taxas médias de amortização - %	Saldo em 31/12/2013			Saldo em 30/09/2014			Saldo em 31/12/2013			Saldo em 30/09/2014			Saldo em 31/12/2013			Saldo em 30/09/2014		
	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.
(a)	4.098.984	391.729	(316)	4.501.733	11.336	-	(1.282.500)	(144.263)	84	(1.512)	(1.428.191)	3.073.542	2.816.484	-	-	-	-	-
13,2	51.261	7.877	(110)	59.028	-	-	(32.258)	(5.462)	5	-	(37.715)	21.313	19.003	-	-	-	-	-
-	14	-	-	14	-	-	(5)	-	-	-	(5)	9	9	-	-	-	-	-
-	4.150.259	399.606	(426)	4.560.775	11.336	-	(1.314.763)	(149.725)	89	(1.512)	(1.465.911)	3.094.864	2.835.496	-	-	-	-	-

Contratos de concessão
Softwares de terceiros
Outros

Taxas médias de amortização - %	Saldo em 31/12/2014			Saldo em 30/09/2015			Saldo em 31/12/2014			Saldo em 30/09/2015			Saldo em 31/12/2014			Saldo em 30/09/2015		
	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.
(a)	4.640.725	243.486	(128)	4.888.748	4.665	-	(1.494.185)	(170.067)	1	(141)	(1.664.392)	3.224.356	3.146.540	-	-	-	-	-
12,6	64.677	4.471	(34)	69.580	466	-	(39.647)	(6.387)	-	-	(46.034)	23.546	25.030	-	-	-	-	-
-	535	952	(36)	1.406	(45)	-	(5)	-	-	-	(5)	1.401	530	-	-	-	-	-
-	4.705.937	248.909	(198)	4.959.734	5.086	-	(1.533.837)	(176.454)	1	(141)	(1.710.431)	3.249.303	3.172.100	-	-	-	-	-

Contratos de concessão
Softwares de terceiros
Outros

(a) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 30 de setembro de 2015 foram de 4,74% (4,46% em 30 de setembro de 2014).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2014	Adições	Baixas	30/09/2015	30/09/2015
Provisão para contingências	10.300	1.069	(948)	10.421	121
Provisão FAP	190	13		203	13
Provisão para férias e encargos de diretores	97	1.382	(89)	1.390	1.293
Prejuízo fiscal	959	9.223	(8.809)	1.373	414
Provisão para devedores duvidosos	369	9	(373)	5	(364)
Provisão para manutenção	77.667	6.760	(3.801)	80.626	2.959
AVP ônus Concessão	3.198	335	(211)	3.322	124
Juros capitalizados	(1.862)	-	398	(1.464)	398
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT (*)	(59.473)	-	3.526	(55.947)	3.526
Realização do ágio na incorporação	67.833	-	(7.187)	60.646	(7.187)
IR e CS diferido - ativo (passivo)	99.278	18.791	(17.494)	100.575	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					1.297

Em atendimento ao CPC 32, registramos R\$122.512 no ativo não circulante e R\$21.937 no passivo não circulante.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	30/09/2015	31/12/2014
2015	5.725	21.250
2016	22.900	21.250
2017	22.709	20.519
2018	22.138	20.519
Após 2019	27.103	15.740
	100.575	99.278

Notas Explicativas

- (*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais:

- (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*);
- (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior à adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	279.316	315.732	428.016	480.288
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(94.967)	(107.349)	(145.525)	(163.298)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Juros sobre capital próprio	4.876	-	4.876	-
Equivalência patrimonial	92.660	99.891	-	-
Despesas indedutíveis	(9)	(54)	(71)	(161)
Amortização de ágio	(1.317)	(1.912)	(5.048)	(5.048)
Ajuste prêmio Stock Option	302	-	578	-
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	2.003	744
Outros	(1.986)	214	(1.543)	(1.272)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(441)	(9.210)	(144.730)	(169.035)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(842)	(6.394)	(146.027)	(161.503)
Impostos diferidos	401	(2.816)	1.297	(7.532)

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Saldo inicial provisão IR/CS	1.305	-	36.634	12.804
Despesa IR/CS DRE	842	6.394	146.027	161.503
Total de IR/CS pagos no exercício	(1.304)	(5.407)	(156.005)	(149.997)
Saldo final provisão IR/CS	843	987	26.656	24.310

Notas Explicativas**14. Impostos, taxas e contribuições a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Impostos sobre arrecadação:				
ISS	253	215	7.824	8.462
COFINS	1.264	405	6.220	5.554
PIS	263	88	1.327	1.204
ISS na fonte	8	28	1.128	2.112
INSS na fonte	24	41	675	1.139
IRRF s/ prest. serviços	17	91	414	520
Outros impostos	82	193	2.080	1.168
	1.911	1.061	19.668	20.159

15. Empréstimos e financiamentos - consolidado

Finalidade	Vencimento final	Taxa média de juros	30/09/2015	31/12/2014
Em moeda nacional:				
Finame (b)	Maio de 2017	TJLP + 3,21%	320	436
Finame (b)	Abril de 2017	TJLP + 2,7%	293	434
Finame (c)	Outubro de 2022	2,5% a.a.	310	343
Finame (f)	Novembro de 2020	6,0% a.a.	262	278
Finame (d)	Abril de 2020	6% a.a.	946	1.094
Finame (d)	Julho de 2018	3% a.a.	151	192
Finem (e)	Julho de 2018	TJLP + 2,10% a.a.	18.450	23.281
Finem (a)	Julho de 2025	IPCA + 2,45% a.a.	39.440	34.376
Finem (a)	Junho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	178.811	196.570
			238.983	257.004
Circulante			43.542	34.034
Não circulante			195.441	222.970

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/09/2015	31/12/2014
2016	8.695	38.429
2017	38.650	38.162
2018	35.834	35.350
2019	32.177	31.699
2020	32.069	31.591
Posteriores a 2020	48.016	47.739
	195.441	222.970

Notas Explicativas

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014
Saldo inicial	257.004	443.209
Adições	-	54.930
Encargo financeiro	18.457	31.579
Pagamento de juros	(12.803)	(13.227)
Pagamento do principal	(23.675)	(28.452)
Saldo final	238.983	488.039

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Referência	Controlada	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os índices foram atendidos, conforme demonstrado abaixo.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecocataratas	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(d)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(e)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(f)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.

A Companhia apresenta, a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros:

	Exigido	Medido (*)
(a) Índices financeiros Ecopistas BNDES		
(i) PL/passivo total	> 20%	32,90%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,37
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,91

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

16. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Principal corrigido	929.945	880.404	2.714.394	2.579.811
Remuneração (juros)	50.061	12.997	128.864	62.687
Custos com emissão de debêntures (*)	(13.243)	(15.708)	(42.866)	(49.031)
	966.763	877.693	2.800.392	2.593.467
Circulante	47.408	9.892	435.892	80.049
Não circulante	919.355	867.801	2.364.500	2.513.418

Notas Explicativas

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Saldo inicial	877.693	834.564	2.593.467	2.279.463
Encargos financeiros	103.665	76.273	307.221	209.090
Pagamento juros	(14.595)	(12.595)	(88.602)	(105.232)
Pagamento de principal	-	-	(11.694)	(40.658)
Saldo final	966.763	898.242	2.800.392	2.342.663

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Descrição	Companhia		Ecovias dos Imigrantes		Ecopistas		Ecovia		Ecosul	
	1ª Emissão		2ª Emissão		Nominativa e escritural, não conversível em ações		Nominativa e escritural, não conversível em ações		Nominativa e escritural, não conversível em ações	
Forma e conversibilidade	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	80.000 (em três séries)	881.000 (em duas séries)	370.000 (em quatro séries)	370.000 (em quatro séries)	14.300 (série única)	14.300 (série única)	14.300 (série única)	14.800 (série única)	14.800 (série única)	14.800 (série única)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10	R\$1	R\$1	R\$1	R\$10	R\$10	R\$10	R\$10	R\$10	R\$10
Data da emissão	23/10/2012	07/05/2013	07/05/2013	07/05/2013	04/11/2014	04/11/2014	04/11/2014	04/11/2014	04/11/2014	04/11/2014
Valor da emissão	R\$800.000	R\$881.000	R\$881.000	R\$881.000	R\$143.000	R\$143.000	R\$143.000	R\$148.000	R\$148.000	R\$148.000
	1ª série - R\$240.000	1ª série - R\$135.000	1ª série - R\$200.000	1ª série - R\$200.000	1ª série - R\$92.500	1ª série - R\$92.500	1ª série - R\$92.500	1ª série - R\$92.500	1ª série - R\$92.500	1ª série - R\$92.500
	2ª série - R\$160.000	2ª série - R\$157.500	2ª série - R\$368.1.000	2ª série - R\$368.1.000	2ª série - R\$1.21	2ª série - R\$1.21	2ª série - R\$1.21	2ª série - R\$1.21	2ª série - R\$1.21	2ª série - R\$1.21
	3ª série - R\$400.000	3ª série - R\$157.500	3ª série - R\$157.500	3ª série - R\$157.500	3ª série - R\$1.21	3ª série - R\$1.21	3ª série - R\$1.21	3ª série - R\$1.21	3ª série - R\$1.21	3ª série - R\$1.21
Valor nominal unitário em 30 de setembro de 2015 (PU)	1ª série - R\$10,64 2ª série - R\$12,91 3ª série - R\$12,95	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$ - 3ª série - R\$ -	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$1,21 3ª série - R\$1,21	1ª e 2ª séries - IPCA	10,82	10,82	10,82	11,21	11,21	11,21
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - Não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª séries - IPCA	1ª e 2ª séries - IPCA	Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% a.a. 2ª série - IPCA + 5,00% a.a. 3ª série - IPCA + 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	105,7% do CDI	105,7% do CDI	105,7% do CDI	105,7% do CDI	105,7% do CDI	105,7% do CDI
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/2013 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2022)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/05/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	1ª série: parcelas anuais (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: parcelas anuais (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: parcelas anuais (15/10/2012 a 15/10/2022)	04/03/2016	04/03/2016	04/03/2016	04/03/2016	04/03/2016	04/03/2016

Notas Explicativas

Descrição	Companhia	1ª Emissão	Ecovias dos Imigrantes	2ª Emissão	Ecopistas	Ecovia	Ecosul
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas anuais (15/10/2016 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2018 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2020 a 15/10/2022)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)	04/03/2016	04/03/2016	
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor.	N/A	N/A	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).	N/A	N/A
					b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses antes do vencimento de cada prestação).		

Notas Explicativas

Descrição	Companhia	Ecovias dos Imigrantes		Ecopistas	Ecovia		Ecosul
		1ª Emissão	2ª Emissão		Banco Bradesco S.A	Banco Bradesco S.A	
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.	Banco Bradesco S.A	Banco Bradesco S.A	Banco Bradesco S.A
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP e BMF&BOVESPA	CETIP e/ou BOVESPAFIX	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	N/A	Itaú Unibanco S.A.	N/A	N/A	N/A
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio.	N/A	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio.	Não há garantias de qualquer natureza.	Não há garantias de qualquer natureza.	Não há garantias de qualquer natureza.
Cláusulas de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.
Classificação de riscos	"brAAA" da Standard & Poors	"brAAA" da Standard & Poors	"brAAA" da Standard & Poors.	"brAAA+" da Standard & Poors.	Não há classificação de riscos.	Não há classificação de riscos.	Não há classificação de riscos.
Índices financeiros	Menores ou igual a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA líquida.	(i) Menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e (ii) maiores ou iguais a 1,3 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras.	(i) Menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e (ii) maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras.	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.	Não possuem índices financeiros exigidos.	Não possuem índices financeiros exigidos.	Não possuem índices financeiros exigidos.

Notas Explicativas

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2015, conforme demonstrado abaixo:

Ecorodovias Concessões e Serviços (Companhia)	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBTIDA	< 3,5	2,16
(ii) EBTIDA/despesa financeira líquida	>2,0	3,30
Ecovias - 2ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,42
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	4,50
Ecopistas	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	32,90%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,37
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,91

(*) Índices não revisados pelos auditores independentes.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	30/09/2015			31/12/2014		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2016	-	-	-	79.992	(2.990)	77.002
2017	79.992	(978)	79.014	79.992	(2.888)	77.104
2018	79.992	(2.888)	77.104	171.502	(2.516)	168.986
2019	178.579	(2.516)	176.063	91.486	(1.549)	89.937
2020	98.564	(1.549)	97.015	152.464	(1.336)	151.128
2021 a 2022	492.818	(2.659)	490.159	304.967	(1.323)	303.644
	929.945	(10.590)	919.355	880.403	(12.602)	867.801
	Consolidado					
	30/09/2015			31/12/2014		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2016	6.742	(449)	6.293	395.210	(7.323)	387.887
2017	116.117	(3.394)	112.723	113.523	(7.522)	106.001
2018	128.564	(7.449)	121.115	216.587	(7.293)	209.294
2019	360.926	(7.039)	353.887	260.739	(5.570)	255.169
2020	298.004	(5.375)	292.629	337.583	(4.875)	332.708
2021 a 2024	1.490.456	(12.603)	1.477.853	1.230.973	(8.614)	1.222.359
	2.400.809	(36.309)	2.364.500	2.554.615	(41.197)	2.513.418

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Companhia	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA
Ecovias dos Imigrantes	1ª Emissão						
	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
	2ª Emissão						
	Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
Ecovia	Debêntures - 1ª série	04/11/14	143.000	(233)	142.767	105,7% CDI	CDI + 4,59%
Ecosul	Debêntures - 1ª série	17/11/14	148.000	(228)	147.772	105,7 % CDI	CDI + 4,17%
			2.792.000	(73.269)	2.718.731		

17. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Ativo	Natureza	Controladora	
		30/09/2015	31/12/2014
Circulante			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (b)	Controlada	1.712	1.636
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (b)	Controlada	3.504	544
Ecopátio Cubatão Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	24	145
Anish Empreendimentos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas		65
Termares Terminais Marítimos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	3.395	4.195
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (b)	Controlada	6.451	6.063
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	4.099	1.960
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (b)	Controlada	6.010	5.648
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (i)	Controlada		11
Elog Logística Sul Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	313	323
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada		9
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (f)	Controlada	64	
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Outras partes relacionadas	892	1.118
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	8.911	5.270
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (f)	Outras partes relacionadas	4	25
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (f)	Controladora	-	25
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (i)	Controlada	-	13
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (f)	Controlada	5	-
Concess. Ponte Rio-Niteroi S.A. - Ecoponte (b)	Outras partes relacionadas	2.708	-
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	1.844	1.585
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (f)	Controlada	-	132
Elog Logística Sul Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	4
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (f)	Controlada	-	7
Ecoporto Transportes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	755	-
Ecoporto Santos S.A. (f)	Outras partes relacionadas	26	22
		40.717	28.800

Notas Explicativas

	Natureza	Controladora	
		30/09/2015	31/12/2014
Não circulante			
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora	256.016	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	104.802	96.252
		360.818	96.252
Total do ativo		401.535	125.052
Passivo			
Circulante			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (f)	Controlada	-	53
Empresa Conc. Rodovias do Sul S.A. Ecosul (f)	Controlada	20	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (f)	Controlada	-	7
Elog Logística Sul Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	13	-
Ecoporto Santos S.A. (f)	Outras partes relacionadas	14	30
Termares Terminais Marítimos Ltda. (f)	Outras partes relacionadas		2
Elog S.A. (f)	Outras partes relacionadas	1	23
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (j)	Controlada	41	20
		89	135
Total do passivo		89	135
Resultado:			
Receita:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (b)	Controlada	16.414	15.693
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (g)	Controlada	179	168
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (b)	Controlada	9.238	5.218
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	3.895	3.486
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Outras partes relacionadas	6.269	7.520
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (b)	Controlada	63.211	59.404
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	19.656	18.794
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (b)	Controlada	28.817	27.081
Ecopátio Cubatão Ltda; (b)	Outras partes relacionadas	113	231
Termares Terminais Marítimos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	3.618	3.486
Elog Logística Sul Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	1.501	1.264
Anish Empreend. Imob. Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	70
Concess. Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (b)	Outras partes relacionadas	2.886	-
Ecoporto Transportes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	804	-
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	8.842	6.462
		165.443	148.877
Juros de mútuo:			
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	10.059	7.635
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	Controlada	-	1
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora	9.845	-
		19.904	7.636
Despesa-			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (j)	Controlada	179	173
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (g)	Controlada	179	168
		358	341

Notas Explicativas

	Natureza	Consolidado	
		30/09/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	24	145
Anish Empreendimentos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	65
Elog Logística Sul Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	313	323
Termares Terminais Marítimos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	3.395	4.195
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	8.911	5.270
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (f)	Outras partes relacionadas	7	42
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Outras partes relacionadas	892	1.117
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	1.844	1.585
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (f)	Controladora	-	11
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (b)	Outras partes relacionadas	2.708	-
Elog Logística Sul Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	4
Ecoporto Transportes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	755	-
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	-
Ecoporto Santos S.A. (f)	Outras partes relacionadas	26	6
		18.875	12.763
Não Circulante			
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora	256.016	-
		256.016	-
Intangível			
TB Transportadora Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	2.656	6.926
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	23.498	42.900
SBS Engenharia e Construções S.A. (d)	Outras partes relacionadas	7.578	45.614
Consórcio Serra do Mar S.A. (c)	Outras partes relacionadas	24.247	199.469
Consórcio Carvalho Pinto S.A. (l)	Outras partes relacionadas	22.501	-
		80.480	294.909
Total do ativo		355.371	307.672
Passivo			
Circulante - contas a pagar			
Elog Logística Sul Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	13	-
Elog S.A. (f)	Outras partes relacionadas	2	2
Termares Terminais Marítimo Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	2
Ecoporto Santos S.A. (f)	Outras partes relacionadas	14	30
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	45	42
TB Transportadora Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	188	118
SBS Engenharia e Construções S.A. (d)	Outras partes relacionadas	1.075	169
Consórcio Serra do Mar (c)	Outras partes relacionadas	1.864	1.468
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	1.448	999
		4.649	2.830
Total do passivo		4.649	2.830
Resultado			
Receita			
Ecoporto Transportes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	804	-
Conc. Ponte Rio-Niteroi S.A. Ecoponte (b)	Outras partes relacionadas	2.886	-
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	113	231
Termares Terminais Marítimo Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	3.618	3.486
Elog Logística Sul Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	1.501	1.264
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	8.841	6.462
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Outras partes relacionadas	6.269	7.520
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	3.895	3.486
Anish Empreendimentos Imobiliários (b)	Outras partes relacionadas	-	70
		27.927	22.519
Juros de mútuo			
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora	9.845	-
		9.845	-
Despesa			
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	391	364
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	40
		391	404

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) O valor de R\$104.802 (R\$96.252 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI + 1,20% a.a. com vencimento até 31 de março de 2018.
- (b) A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$209.337, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 30 de setembro de 2015 é de R\$40.618 (R\$28.552 em 31 de dezembro de 2014).
- (c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias (CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A.), e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$399.563, incluindo aditivo contratual. O contrato encerra-se em 31 de janeiro de 2016. Em 30 de setembro de 2015, há um saldo em aberto de R\$1.864 com vencimento em até 45 dias.
- (d) A SBS Engenharia e Construções S.A., através da Grant Concessões e Participações S.A., possui 10% da Ecosul. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção na rodovia da controlada Ecosul. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$40.505, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é setembro de 2016 e em 30 de setembro de 2015, há um saldo de serviços a realizar de R\$2.348. Os saldos em aberto a pagar de R\$1.075 (sobre serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros nem não foram concedidas garantias aos credores.
- (e) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e às Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$231.743, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução desses serviços é dezembro de 2016 e em 30 de setembro de 2015 há um saldo de serviços a realizar de R\$145.142. Os saldos em aberto a pagar R\$1.636 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (f) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (g) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- (h) Refere-se ao aluguel de imóvel, no qual está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento em 30 dias.
- (i) A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de custos e despesas administrativas com suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, com o objetivo de ratear os custos e as despesas comuns à Companhia e às suas controladas na realização de atividades administrativas compartilhadas. O prazo do contrato vigorou de 1º de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2014.
- (j) A Companhia celebrou contrato de locação de seu prédio administrativo localizado na Rodovia dos Imigrantes km 28,5 com sua controlada direta Ecovias dos Imigrantes. O valor mensal da locação é de R\$20.

Notas Explicativas

- (k) O valor de R\$256.016 (R\$0 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a contrato de mútuo com a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.. O mútuo será corrigido através de juros fixo de 13,64%a.a. com vencimento até 12 de junho de 2018.
- (l) O Consórcio Carvalho Pinto, formado pelas partes relacionadas CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, Salini Impregilo S.p.A. Sucursal Brasil e CIGLA – Construtora Impregilo e Associados S.A., contratados para execução da obra do Lote 01 do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto. O valor total do contrato é de R\$47.252. O prazo para execução dos serviços é até dezembro de 2015. Em 30 de setembro de 2015 já haviam sido incorridos R\$9.450. Em 30 de setembro de 2015 não havia saldos em aberto a pagar.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 30 de setembro de 2015, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definido a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2015 em R\$24.306, contemplando custos adicionais no valor de até R\$22.738 referentes ao rateio do pagamento de remuneração de alguns de seus diretores, os quais poderão ser diretamente pagos pela sua controladora direta, nos termos do contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2015</u>
Remuneração (fixa/variável)	5.401
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 24.f)	237
Plano de incentivo retenção diretoria	2.111
Previdência privada	61
Remun. Baseada ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	363
	<u>8.173</u>

Notas Explicativas

18. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Salários e outras obrigações a pagar	7.865	8.534	13.134	16.424
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	1.330	1.182	2.763	2.539
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	283	415	663	834
IRRF a recolher	422	859	631	1.364
Contribuição sindical a recolher	10	1	10	3
Provisão de 13º salário	2.567	-	5.120	-
Provisão de férias	5.001	4.886	9.552	9.452
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário a recolher - INSS e FGTS	2.666	1.717	5.415	3.393
	20.144	17.594	37.288	34.009

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

19. Obrigações com o Poder Concedente - consolidado

(i) Outorgas fixas e variáveis

	30/09/2015	31/12/2014
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	42.871	48.363
Variável - Ecosul (e)	163	139
Variável - Ecovias (b)	1.201	1.308
Variável - Ecopistas (b)	332	359
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c) (g)	223	223
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (d)	625	588
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (f) (g)	261	261
	45.676	51.241
Circulante	19.905	18.993
Não circulante	25.771	32.248

- (a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 30 de setembro de 2015, restam 31 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 87,08% do total (83,33% em 31 de dezembro de 2014).
- (b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- (c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 30 de setembro de 2015, o valor atualizado mensal é de R\$223 (R\$223 em 31 de dezembro de 2014).
- (d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.
- (e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- (f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de setembro de 2015, a parcela reajustada é de R\$261 (R\$261 em 31 de dezembro de 2014).
- (g) As Controladas Ecovia e Ecocataratas recolhem à título de taxa de fiscalização, mensalmente a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

Notas Explicativas

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	5.364	14.717
2017	15.393	13.440
2018	5.014	4.091
	<u>25.771</u>	<u>32.248</u>

A movimentação das obrigações com o Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Saldo inicial	51.241	61.485
Custo (vide Nota Explicativa nº 26)	20.874	18.843
Varição monetária sobre credor pela concessão	6.705	4.495
Pagamento do principal	(33.144)	(31.571)
Saldo final	<u>45.676</u>	<u>53.252</u>

(ii) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o 1º semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- (a) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

Notas Explicativas

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvínópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramlândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

30/09/2015						
	Ecovia previsão de 2015 a 2021	Ecosul previsão de 2015 a 2026	Ecovias previsão de 2015 a 2018	Ecocataratas previsão de 2015 a 2021	Ecopistas previsão de 2015 a 2039	Total
<u>Natureza dos custos</u>						
Melhorias na infraestrutura	83.506	272.116	179.869	37.905	124.706	698.102
Conservação especial (manutenção)	51.007	66.463	267.938	283.772	409.448	1.078.628
Equipamentos	10.873	10.668	46.087	60.127	203.803	331.558
Total	145.386	349.247	493.894	381.804	737.957	2.108.288

31/12/2014						
	Ecovia previsão de 2015 a 2021	Ecosul previsão de 2015 a 2026	Ecovias previsão de 2015 a 2018	Ecocataratas previsão de 2015 a 2021	Ecopistas previsão de 2015 a 2039	Total
<u>Natureza dos custos</u>						
Melhorias na infraestrutura	124.320	268.508	207.664	49.452	214.667	864.611
Conservação especial (manutenção)	54.441	65.486	282.187	291.568	403.270	1.096.952
Equipamentos	10.427	13.043	45.916	57.693	191.265	318.344
Total	189.188	347.037	535.767	398.713	809.202	2.279.907

Notas Explicativas

20. Informações sobre o contrato de concessão das controladas Ecovia e Ecocataratas

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Administração do Governo do Estado do Paraná, nos anos de 2002 a 2010, buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original da equação econômico-financeira do contrato.

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Também em março de 2012 foi emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido relatório concluiu preliminarmente que o contrato pode encontrar-se desequilibrado em desfavor do usuário. Foi apresentada defesa e impugnados os critérios considerados para reequilíbrio e as conclusões preliminares do relatório. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Notas Explicativas

A Administração do Governo do Estado do Paraná, nos anos de 2002 a 2010, buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento e do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento. As eventuais decisões do Tribunal de Contas da União ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

21. Provisão para manutenção - consolidado

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período das concessões, ajustados a valor presente a taxas de 10,54% ao ano, em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2013	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2014
Constituição da provisão para manutenção	619.458	91.212	-	-	710.670
Efeito do valor presente sobre a constituição	(129.991)	(14.924)	-	-	(144.915)
Realização da manutenção	(385.722)	-	(53.076)	-	(438.798)
Ajuste a valor presente - realizações	74.303	-	-	13.091	87.394
	<u>178.048</u>	<u>76.288</u>	<u>(53.076)</u>	<u>13.091</u>	<u>214.351</u>
Circulante	49.932				26.247
Não circulante	128.116				188.104

Notas Explicativas

	31/12/2014	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2015
Constituição da provisão para manutenção	743.716	83.755	-	-	827.471
Efeito do valor presente sobre a constituição	(150.553)	(14.041)	-	-	(164.594)
Realização da manutenção	(464.383)	-	(77.345)	-	(541.728)
Ajuste a valor presente - realizações	89.486	-	-	16.157	105.643
	218.266	69.714	(77.345)	16.157	226.792
Circulante	66.827				39.043
Não circulante	151.439				187.749

22. Provisão para construção de obras futuras - consolidado

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Esta provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2013	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2014
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	(1.623)	-	(11.634)
Realização da construção	(7.890)	-	-	(7.890)
Ajuste a valor presente - realizações	8.609	-	84	8.693
	11.787	(1.623)	84	10.248
Circulante	9.519	-	-	7.896
Não circulante	2.268	-	-	2.352

	31/12/2014	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2015
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(9.577)	(1.080)	-	(10.657)
Ajuste a valor presente - realizações	8.778	-	126	8.904
	10.269	(1.080)	126	9.315
Circulante	7.832			6.751
Não circulante	2.437			2.564

Notas Explicativas

23. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis - consolidado

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Controladora			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	-	95	-	95
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	17	-	17
(-) Pagamentos	-	-	-	-
(+) Atualização monetária	-	9	-	9
(+) Reclassificações	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2014	-	121	-	121

	Controladora			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	-	150	-	150
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	-	-	-
(-) Pagamentos	-	(150)	-	(150)
(+) Atualização monetária	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2015	-	-	-	-

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	51.348	10.567	3.291	65.206
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	13.617	1.516	101	15.234
(-) Pagamentos	(2.075)	(1.973)	(324)	(4.372)
(+) Atualização monetária	1.217	1.250	48	2.515
Saldos em 30 de setembro de 2014	64.107	11.360	3.116	78.583

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	62.652	11.011	4.656	78.319
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	5.246	1.504	653	7.403
(-) Pagamentos	(1.270)	(4.983)	(639)	(6.892)
(+) Atualização monetária	5.745	473	335	6.553
Saldos em 30 de setembro de 2015	72.373	8.005	5.005	85.383

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.

- As principais causas prováveis, ou seja, com constituição de provisão são da controlada direta Ecovias, que possui uma ação civil pública pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$32.314 em 31 de dezembro de 2013 (R\$42.248 atualizado em 30 de setembro de 2015), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014, foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 30 de setembro de 2015 o valor atualizado deste depósito judicial é de R\$42.248.

A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de setembro de 2015, o montante de R\$44.810 (R\$30.802 em 31 de dezembro de 2014), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 30 de setembro de 2015, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$27.503 (R\$22.705 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais

Notas Explicativas

e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. O principal processo tributário classificado como possível é conforme segue:

- Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada direta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 30 de setembro de 2015 é de R\$7.126 (R\$6.730 em 31 de dezembro de 2014).

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de setembro de 2015, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$33.897 (R\$32.637 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável, ou seja, com constituição de provisão, é da controlada Ecocataratas, que possui uma ação de responsabilidade solidária referente à reclamação trabalhista de ex-colaborador da empresa Qualix Serviços Ambientais S.A., pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$7.127. Em 30 de outubro de 2013, o Banco Bradesco executou a carta fiança em favor do reclamante, restando um saldo a pagar para esta ação, atualizado até 30 de setembro de 2014 de R\$2.097. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Tal dever foi objeto de procedimento arbitral instaurado pela EcoRodovias Infraestrutura perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, o qual foi reconhecido em sentença, devendo a Sideco S.A. pagar a EcoRodovias 84,48% do valor da condenação. A Sideco reconheceu a validade desta decisão, foi estabelecido um acordo e houve em 2015 o ressarcimento da EcoRodovias. Em 03 de agosto de 2015 a Ecocataratas celebrou acordo para liquidação da referida reclamação trabalhista.

Durante o mês de agosto foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento a tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social é de R\$696.715 e está representado por 696.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

Notas Explicativas

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2015 o total de reserva legal é de R\$98.673 (R\$98.673 em 31 de dezembro de 2014).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período findo em 30 de setembro de 2015, o montante de R\$243.926, pago a título de dividendos e JSCP refere-se a: R\$6.794 saldo remanescente de dividendos do exercício de 2014 aprovados na AGO de 30 de abril de 2015, R\$222.789 dividendos intermediários do exercício de 2015; e R\$14.343 de juros sobre o capital próprio do exercício de 2015.

e) Participações de acionistas não controladores

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Saldo inicial	2.694	3.311
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(4.103)	(1.266)
Reserva de capital – Stock Option	10	11
Participação nos lucros do exercício	4.411	4.731
Saldo final	<u>3.012</u>	<u>6.787</u>

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O plano de opção com base em ações da Companhia, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia, e este é originado da controladora Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

Notas Explicativas

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 1.249.521 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 25/04/2012	4ª outorga 25/04/2013	5ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	-	-	26.454	342.076	880.991
Preço do período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 30 de setembro de 2015, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" de R\$1.069 (R\$1.178 em 30 de setembro de 2014).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários. As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-
Outorgadas	26.454	-	-	26.454
Em 31 de dezembro de 2012	26.454	-	-	26.454
Outorgadas	-	342.076	-	342.076
Em 31 de dezembro de 2013	26.454	342.076	-	368.530
Outorgadas	-	-	880.991	880.991
Em 31 de dezembro de 2014	26.454	342.076	880.991	1.249.521
Outorgas	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2015	26.454	342.076	880.991	1.249.521

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2015	15,61	312.379	2,19	683	11 meses
2016	15,61	312.381	2,67	835	23 meses
2017	15,62	305.766	3,16	966	35 meses
2018	12,37	220.250	2,10	463	47 meses
		1.150.776	2,53	2.947	

Notas Explicativas

25. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	560.831	539.138
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	-	-	694.084	656.291
Vale-pedágio	-	-	122.646	117.923
Outras	-	-	604	574
	-	-	1.378.165	1.313.926
Receita de construção	-	-	261.496	390.136
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	166.054	148.877	76.257	67.531
	166.054	148.877	337.753	457.667
Receita bruta	166.054	148.877	1.715.918	1.771.593
Deduções de receita bruta (d)	(18.651)	(16.481)	(141.795)	(133.893)
Receita líquida	147.403	132.396	1.574.123	1.637.700

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.

(d) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Base de cálculo de impostos				
Receita com arrecadação de pedágio	-	-	1.378.165	1.313.926
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	166.054	148.877	76.257	67.531
	166.054	148.877	1.454.422	1.381.457
Deduções				
Cofins (3% concessionárias e 7,6% controladora)	(12.581)	(11.315)	(55.368)	(52.093)
PIS (0,65% concessionárias e 1,65% controladora)	(2.731)	(2.456)	(12.002)	(11.292)
ISS (2% a 5%)	(3.339)	(2.710)	(74.425)	(70.299)
Devoluções e abatimentos	-	-	-	(209)
	(18.651)	(16.481)	(141.795)	(133.893)

26. Custos e despesas operacionais - por natureza

	Controladora	30/09/2015	30/09/2014
Pessoal		74.420	59.312
Conservação e manutenção		4.608	1.400
Serviços de terceiros		6.672	13.369
Locação e aluguéis de imóveis, veículos e máquinas		2.186	1.980
Depreciações e amortizações		8.713	7.315
Outros custos operacionais		4.475	4.893
		101.074	88.269
Classificados como:			
Custos dos serviços prestados		80.114	88.269
Despesas operacionais e administrativas		20.960	-

Notas Explicativas

Consolidado	30/09/2015	30/09/2014
Pessoal	153.255	134.603
Conservação e manutenção	45.445	48.951
Serviços de terceiros (*)	52.073	61.094
Seguro (vide nota explicativa nº 31)	8.325	8.857
Provisão para manutenção	69.714	76.288
Custos de construção	261.496	390.136
Poder Concedente (Vide nota explicativa nº 19)	20.874	18.843
Depreciações e amortizações	199.801	173.039
Locações de imóveis e máquinas	8.535	9.274
Outros custos e despesas operacionais	32.843	30.389
	852.361	951.474
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	783.908	894.863
Despesas operacionais gerais e administrativas	68.453	56.611
	852.361	951.474

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	20.344	25.594	45.341	57.723
Variação monetária sobre debêntures	-	1.215	-	4.745
Juros sobre mútuo	19.904	7.636	9.846	-
Atualização monetária de créditos fiscais	622	692	13.041	4.402
Outras receitas financeiras	-	-	11	5
	40.870	35.137	68.239	66.875
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(51.659)	(45.178)	(143.378)	(107.948)
Juros sobre financiamentos	-	-	(18.457)	(31.579)
Variação monetária sobre debêntures	(49.541)	(30.194)	(157.589)	(100.229)
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	-	-	(6.705)	(4.495)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(2.465)	(2.116)	(6.254)	(5.658)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(16.283)	(13.175)
Atualização monet. Obrigações Fiscais e Trab.	-	-	(6.538)	(2.852)
Outras despesas financeiras	(3.545)	(2.483)	(7.181)	(6.877)
	(107.210)	(79.971)	(362.385)	(272.813)
Resultado financeiro	(66.340)	(44.834)	(294.146)	(205.938)

28. Lucro por ação - controladora e consolidado

a) Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	30/09/2015	30/09/2014
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	278.875	306.522
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	696.715	696.715
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	0,40	0,44

Notas Explicativas

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua a diluição com base no plano de opções divulgada na Nota Explicativa nº 24.f, pois o plano é da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

29. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No período findo em 30 de setembro de 2015, a PLR foi de R\$5.973 (R\$5.297 em 30 de setembro de 2014), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Notas Explicativas

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Dívida (a)	966.763	877.693	3.085.051	2.901.712
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(83.390)	(337.874)	(418.268)	(560.192)
Dívida líquida	883.373	539.819	2.666.783	2.341.520
Patrimônio líquido (b)	841.195	805.177	844.207	807.871
Índice de endividamento líquido	1,05	0,67	3,16	2,90

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 15, 16 e 19.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 99,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 15, 16 e 19.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de setembro de são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	19.481	19.481
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	108.116	108.116
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	398.787	398.787
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	43.748	43.748
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	238.983	238.983
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	2.800.392	2.800.392
Obrigações com o poder concedente (iv)	Outros passivos financeiros	45.676	48.466

(i) O saldo das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) Os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures se aproximam do valor justo na data do balanço.

(iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com o Poder Concedente".

Notas Explicativas

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

(i) *Risco da taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$86.295 (R\$88.114 em 31 de dezembro de 2014), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45% a.a.	41.066	39.809	37.706	116.173
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	11.632	6.818	6.417	29.221
Obrigações com o poder concedente	IGP-M	18.141	19.657	21.301	214.971
Debêntures - ECS	CDI + 0,79% a.a.	50.269	103.488	91.931	80.492
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25% a.a.	87.179	77.548	95.793	662.781
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00% a.a.	20.165	11.667	12.725	278.671
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35% a.a.	53.940	31.209	34.039	979.618
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	13.888	10.654	11.618	354.691
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	53.240	40.858	44.553	1.866.746
Debêntures	CDI + 105,7% a.a.	345.304	-	-	-
Finame - Cataratas	2,50% a.a.	51	50	49	188
Finame - Cataratas	3,00% a.a.	59	57	42	-
Finame	6,00% a.a.	315	300	286	476
Finame - Cataratas	TJLP + 2,99% a.a.	444	262	-	-
BNDES - Cataratas	TJLP + 2,10% a.a.	7.780	7.294	5.705	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (e)	Baixa do CDI	35.118	26.339	17.559
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias (a)	Alta do CDI	(50.672)	(58.614)	(66.428)
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - EcoRodovias (c)	Alta do IPCA	(74.179)	(75.618)	(77.080)
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures - Ecovias 2ª emissão (c)	Alta do IPCA	(72.742)	(82.988)	(93.389)
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas (c)	Alta do IPCA	(61.122)	(62.830)	(64.556)
Juros Sobre 1ª série das debêntures (a) - Ecosul e Ecovia	Alta do CDI	(54.543)	(59.265)	(63.906)
Empréstimos e financiamentos (c) Ecopistas	Alta do IPCA	(3.339)	(4.174)	(5.009)
Empréstimos e financiamentos (d) (Ecopistas)	Alta da TJLP	(13.955)	(14.028)	(14.101)
Empréstimos e financiamentos (d) (Ecocataratas)	Alto do TJLP	(1.277)	(1.284)	(1.290)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IGP-M	(115)	(144)	(173)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(296.826)</u>	<u>(332.606)</u>	<u>(368.373)</u>

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 30 de setembro de 2015 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	14,31%	17,89%	21,47%
IGP-M (b)	8,27%	10,34%	12,41%
IPCA (c)	9,65%	12,06%	14,48%
TJLP (d)	7,00%	8,75%	10,50%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

31. Seguros contratados - consolidado

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R\$607 milhões
Equipamentos	R\$289 milhões
"All Risk" - responsabilidade civil	R\$638 milhões
"All Risk" - danos materiais	R\$7.933 milhões
Seguro - sede	R\$4 milhões
"All Risk" - perda de receita	R\$1.654 milhões
"All Risk" - operacionais	R\$1.639 milhões
"All Risk" - obras de manutenção e conservação	R\$175 milhões
Veículos	Tabela FIPE

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração do Grupo.

32. Plano de previdência privada - consolidado

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e suas controladas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$2.115 (R\$1.552 em 30 de setembro de 2014), registrado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

33. Eventos subsequentes

Em 26 de outubro de 2015, a Companhia comunicou ao mercado, através de Fato Relevante, que o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada naquela data, aprovou a primeira emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, dispensada de registro perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e nos termos da Instrução da CVM nº 566, de 31 de julho de 2015. A emissão será composta por 10 (dez) notas promissórias comerciais, com valor nominal unitário de R\$12.000, em série única, perfazendo o montante total de R\$120.000, com prazo de vencimento final de até 360 dias a contar da data da emissão. Os recursos obtidos com a emissão

Notas Explicativas

serão utilizados para capital de giro da Companhia e não contarão com quaisquer garantias reais, fidejussórias ou aval.

Em 26 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da controlada direta Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas, em reunião realizada naquela data, aprovou a primeira emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, dispensada de registro perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e nos termos da Instrução da CVM nº 566, de 31 de julho de 2015. A emissão será composta por 10 (dez) notas promissórias comerciais, com valor nominal unitário de R\$18.000, em série única, perfazendo o montante total de R\$180.000, com prazo de vencimento final de até 540 dias a contar da data da emissão. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para capital de giro da Companhia e não contarão com quaisquer garantias reais, fidejussórias ou aval.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais -ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, assim como as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP-249186/O-5